



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 178/2019 e da Portaria TCU nº 378/2019 e das orientações do órgão de controle interno.



SOBRE ESTE RELATO

Bem-vindos.

O objetivo do nosso relatório anual é demonstrar aos cidadãos e órgãos de controle os esforços do CREMESE para dar cumprimento aos seus objetivos institucionais, bem como os principais valores e resultados alcançados. Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

O Relatório de Gestão do CREMESE está assim estruturado:

- ✚ Mensagem do Presidente
- ✚ Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo
- ✚ Planejamento Estratégico e Governança
- ✚ Gestão de Riscos e Controles Internos
- ✚ Resultados da Gestão
- ✚ Alocação dos Recursos e Áreas Especiais da Gestão
- ✚ Demonstrações Contábeis

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Encerramos o ano de 2019 e fizemos um balanço do ano que passou elencando alguns temas que foram relevantes para o CRM-SE e para a medicina no país.

Um passo importante foi o início da parceria entre o CREMESE e o Conselho Federal de Medicina (CFM) para a implantação do projeto de Serviços Online. O CRM-SE foi pioneiro neste projeto desenvolvido pelo Conselho Federal. Desde então, já são mais de vinte serviços disponíveis para Pessoa Física e Pessoa Jurídica em nosso site do CREMESE, levando comodidade e agilidade aos médicos. Para o ano seguinte, queremos nos aproximar e levar mais informações aos médicos e, para isso, implantaremos o serviço de SMS para dar mais agilidade na comunicação entre o Conselho e os profissionais inscritos.

Ressalto o aumento considerável no número de fiscalizações no ano passado, o que é muito importante para população e médicos, pois é uma forma de cobrar junto aos gestores ações que resultem nas melhores condições para execução do trabalho profissional e, conseqüentemente, o melhor atendimento às pessoas. Muitas vezes essas atividades passam despercebidas, pois os resultados são locais, como, por exemplo, a adequação do número de atendimento-hora pelos médicos, correção de falta de material e equipamentos e preenchimento adequado de escala de trabalho. Para se ter uma ideia, constatamos UTIs sem plantonistas diariamente. Por isso, a fiscalização, constitui-se numa atividade fundamental e prioritária do Conselho, que não se restringe apenas a uma Instituição burocrática para avaliar procedimentos médicos. Para isso, torna-se fundamental o estabelecimento de um contato direto de quem esta na linha de frente diante dos inúmeros problemas, com o Órgão para que a devida providência seja tomada. Dentro das fiscalizações, destaco a Comissão de Divulgação de Assunto Médicos (CODAME), que tem papel educador junto aos médicos e diretores técnicos de unidades de saúde. A Comissão colabora ativamente na prevenção de equívocos na divulgação de especialidades e serviços médicos, inclusive nas redes sociais. O trabalho foi iniciado com unidades do bairro Siqueira Campos, onde há maior concentração de clínicas populares na capital, sendo convocados para reunião diretores técnicos de 35 clínicas da região. Já no segundo semestre, o trabalho foi estendido para o município de Itabaiana já havendo sido convocados 24 diretores técnicos de unidades do município.

Outra ação de destaque do CREMESE no ano passado foi à realização do Curso de Educação Médica Continuada. O Projeto ofertou vagas em dez módulos de temas diferentes. A Educação Médica é muito importante porque sempre traz assuntos atuais e relevantes para o médico. Além disso, percebemos a participação de estudantes de medicina, o que tem sido positivo para aproximá-los do Conselho.

No final de 2019, retornamos para a nossa sede localizada no Centro de Aracaju, essa mudança, que ocorreu ainda em meio à finalização da obra, foi considerada positiva por proporcionar uma maior agilidade na conclusão da etapa final da obra, pois é possível fiscalizar de perto o andamento dos serviços, além de encerrar as despesas com aluguel do prédio provisório.

O desafio é consolidar e estender tais ações num contexto de grave crise econômica como a que assola o país. Eis o compromisso da Diretoria do CREMESE – Gestão 2018/2021. Boa Leitura!

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

CREMESE

Somos uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público. Criada por meio da Lei nº 3.268/1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58 e alterações posteriores, nossas competências legais e institucionais estão definidas em Regimento Interno.

Nos termos da legislação em vigor, possuímos, dentre outras finalidades, a de registrar, orientar, julgar e fiscalizar o exercício da profissão médica, abrangendo o trabalho individual e o institucional público e privado, inclusive toda a hierarquia médica da instituição que preste direta ou indiretamente, assistência à saúde.

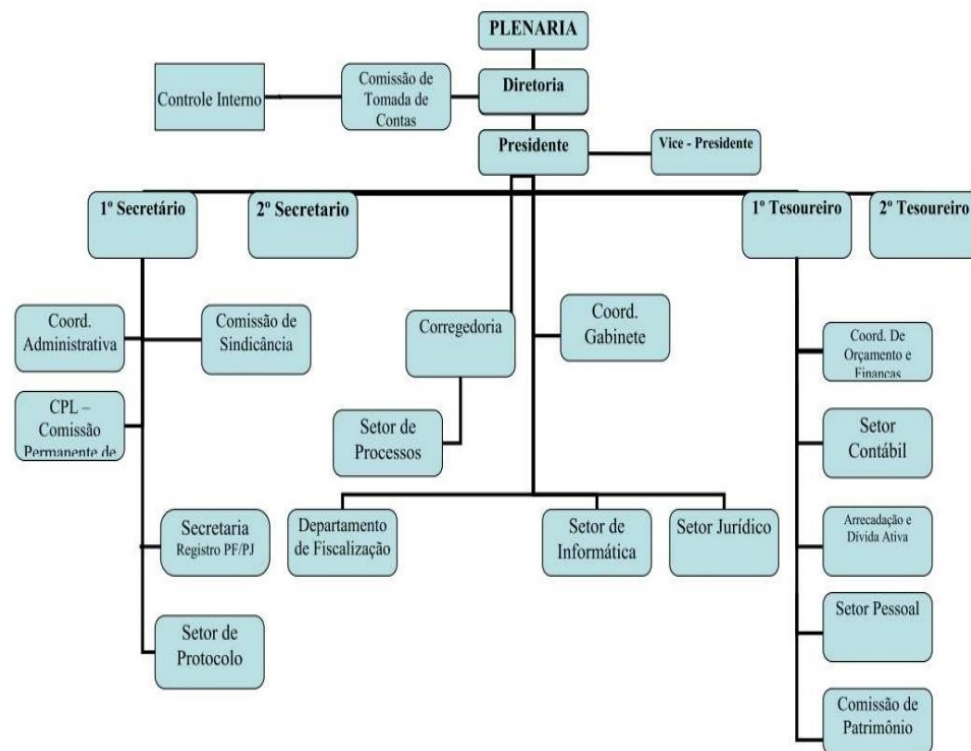
Missão

Promover o bem-estar da sociedade, cumprindo as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina e demais atribuições instituídas por lei, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

Ser reconhecida como uma entidade atuante na fiscalização do exercício profissional e das prestadoras de serviços médicos, e que contribui para o pleno exercício da profissão médica na região.

Organograma



Além da estrutura administrativa, o CREMESE é constituído pela Assembleia Geral, composta por todos os médicos inscritos que estejam no pleno gozo de seus direitos.

Ambiente Externo

O ano de 2019 foi iniciado pela posse do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro e dos 27 governadores eleitos nas eleições de 2018. Para a Medicina, foi um ano marcado por avanços na ciência, mudanças na legislação e na atenção primária e questões ambientais. Já no início do ano, alguns eventos ambientais trouxeram impactos negativos para a saúde: o rompimento da barragem em Brumadinho/MG liberou milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração, vitimando centenas de pessoas, contaminou rios importantes e impactou o meio ambiente com o aumento de vetores de doenças (mosquitos e caramujos, por exemplo), além disso, incêndios que ocorreram em diversas partes do país reduziram a umidade do ar e, conseqüentemente, trouxeram problemas para a saúde humana como a tosse e ressecamento da pele e mucosas do olho, garganta e nariz. Em dezembro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), aprovou a venda de produtos à base de maconha (cannabis), mediante prescrição médica, pois foi comprovada a eficácia do uso em pacientes em tratamento de alguns tipos de dores, câncer e epilepsia. Além dessa descoberta, novos estudos trouxeram avanços no tratamento do câncer de mama e diabetes. Também no final do ano, foi vetado o projeto de Lei que permitia a flexibilização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (REVALIDA), o Projeto quando foi aprovado pelo Congresso em novembro causou repúdio da classe médica e mobilizou todos os Conselhos de Medicina que são contrários a qualquer decisão que possa comprometer o bom atendimento ao paciente. Com o fim do Programa “Mais Médicos”, o Governo Federal criou o Programa “Médicos pelo Brasil” que, da forma como foi aprovado em seu texto original, amplia a oferta de serviços médicos em locais de difícil provimento e de alta vulnerabilidade, além de estabelecer contrato CLT, carreira com progressão salarial, gratificação por desempenho e bônus para locais remotos.

O setor da saúde está se tornando cada vez mais dinâmico e complexo, passando por movimentos que geram e vão gerar mudanças estruturais e

comportamentais, influenciando cada vez mais o papel do CRM na sociedade ao atuar na defesa da saúde da população, além dos interesses da classe médica.

Não poderíamos deixar de mencionar a grave crise que se alastrou pelo mundo devido à pandemia COVID-19. A pandemia tem impactado fortemente os sistemas econômico, social e de saúde em todo o mundo. Os reflexos dessa crise ressaltam a necessidade de repensar os modelos tradicionais.

No Brasil, estima-se que 150 mil pessoas ficarão desempregados e 1,6 bilhões em todo o mundo. As pessoas tiveram que se adaptar às pressas ao distanciamento social e buscar novas alternativas para estudos, trabalho e relacionamentos sociais, com isso, ganhou força a Telemedicina, que permitiu consulta online entre médico e paciente depois de declarada a emergência em saúde pública de importância nacional, tornando-se uma necessidade pública ao reduzir a circulação de pessoas infectadas nas ruas.

Neste momento atual, a dúvida e a incerteza andam de mãos dadas. Acreditamos que será o maior desafio para nossos governantes, ciência, educação, negócios e para a comunidade em que vivemos, dessa forma, será obrigatória a necessidade de repensar em estratégias de inovação em todas as áreas.

Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

O nosso modelo de negócios é a representação de como a instituição gera e entrega valor, por meios das nossas atividades, a fim de cumprir nossos objetivos estratégicos para os seus profissionais (internos e externos), empresas e sociedade em geral.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O Planejamento Organizacional 2019 foi elaborado a partir da análise dos resultados finais ou parciais obtidos nos projetos contidos no plano de ações 2018, das orientações recebidas do CFM, das recomendações e deliberações do Plenário e da Diretoria do CRM/SE.

A nossa missão será concretizada por meio da execução das ações propostas, derivadas das diretrizes e prioridades estabelecidas. Diante dos recursos humanos e orçamentários disponíveis, a gestão da entidade optou pela estratégia de execução de modo progressivo e seletivo, em médio e longo prazo, para a realização dos objetivos estabelecidos.



O planejamento estratégico em construção, gestão 2018-2021, tem seus pilares fundamentados na estratégia definida e relacionam as 17 metas estabelecidas como objetivos estratégicos, os quais foram elaborados e divididos em cinco perspectivas estratégicas: Serviços; Pessoas; Finanças; Sustentabilidade e Comunicação e Relacionamento.

Para o cumprimento de sua missão institucional e do plano estratégico, o conjunto de objetivos e metas que nortearam as ações durante o exercício de 2019 foi consignado na previsão orçamentária. Durante a avaliação e aprovação da proposta orçamentária, além das diretrizes e iniciativas vigentes, foram avaliados também todos os projetos e atividades das áreas finalísticas e das áreas de apoio para a adequada alocação de recursos, considerando o cronograma estabelecido no plano estratégico, bem como a disponibilidade orçamentário-financeira e de pessoal, necessários para execução dessas ações.

PILARES	SERVIÇOS	PESSOAS	FINANÇAS	SUSTENTABILIDADE	COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO
OBJETIVOS MACROS	<ul style="list-style-type: none"> Promover a atualização dos sistemas e renovação do parque tecnológico 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar as ações de fiscalização e atendimento no Estado Fomentar programas de educação continuada Integralização da equipe interna (conselheiros, funcionários e terceirizados) 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do CREMESE 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer metas baseadas em uma ideia de progresso aliado a uma atuação responsável 	<ul style="list-style-type: none"> Atuar como fator de proteção da sociedade Firmar parcerias estratégicas Elevar a percepção do valor da profissão médica perante a sociedade
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	<ul style="list-style-type: none"> Oferecer a melhoria contínua do atendimento prestado ao público alvo Adequar e dar celeridade aos procedimentos sindicantes e processuais Integrar o profissional à plataforma digital do CREMESE Garantir qualidade e confiabilidade nos procedimentos administrativos, através do Planejamento Estratégico 	<ul style="list-style-type: none"> Modernizar os procedimentos de atendimento ao público Ampliar o Programa de Educação Médica Continuada Reavaliar estrutura de comunicação interna Implantar avaliação de desempenho; fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a receita e otimizar as despesas Melhorar a gestão e avaliação dos projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Economia de papel e redução no uso de descartáveis Compra de equipamentos mais econômicos Adequação da sede às normas de acessibilidade Moderação do impacto ambiental nas atividades de fiscalização com a redução da emissão de CO2 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar as condições de trabalho e as dificuldades do exercício da profissão Aproximar o CREMESE do Poder Judiciário, do Ministério Público e Órgãos de Vigilância na busca de apoio técnico e legal para ações do Conselho Fortalecer e ampliar a relação do CREMESE com instituições representativas da Sociedade e que atuam na defesa e promoção da Saúde
RESULTADOS ALCANÇADOS	<ul style="list-style-type: none"> Nomeação de Chefa do Setor de Fiscalização para distribuir as ações com maior eficácia e eficiência Nomeação de Chefa do Setor de TI para centralizar as atividades para melhor desempenho Implantação do Portal de Serviços Melhorias no Sistema de Fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> Abertura da participação de estudantes de medicina nos cursos de EMC Compra de veículo para as ações de Fiscalização Aumento de módulos da EMC com maior diversidade de temas 	<ul style="list-style-type: none"> Redução das despesas Aumento das receitas com ações de fiscalização 	<ul style="list-style-type: none"> Redução de uso de descartáveis, através de distribuição de copos personalizados aos colaboradores Instalação de plataforma de acessibilidade para conforto e segurança dos usuários Implantação de aparelhos de ar-condicionado de sistema VRF, com maior economia de energia e sem agredir a camada de ozônio 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de Assessoria de Imprensa para divulgação das atividades conselheiras Atualização diária de redes sociais e sites para ampliar a informação aos usuários

Estrutura de Governança

O CREMESE é um órgão colegiado composto por 40 conselheiros eleitos entre médicos do estado de Sergipe e dois indicados pela Associação Brasileira de Medicina/AMB, totalizando 42 membros, com mandato de cinco anos de representação. Para a consecução de seus objetivos, o Conselho é dividido em Assembleia Geral, Plenária, Diretoria, Corregedoria, Departamento de Fiscalização, Comissão de Tomada de Contas, Outras Comissões, Câmaras Técnicas e Serviços, conforme atribuições constantes no Regimento Interno de 2010.

A Alta Administração é composta pela Presidência e Diretoria, e suas competências estão listadas no art. 27 do Regimento Interno.

DIRETORIA 2019



Jivan Pinto Monteiro
Presidente



José Eduardo de Assis Silva
1º Secretário



José Elerton SeCioso de Aboim
2º Tesoureiro



Rika Kakuda da Costa
Vice-Presidente



Renato Amorim dos Santos
2º Secretário



Marcelo de Oliveira Ribeiro Paixão
2º Tesoureiro

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

PLENÁRIO

O Plenário é o órgão decisório criado pela Lei 3.268/57 para análise de assuntos relacionados às competências do Conselho regional, compondo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição. É a instância máxima do Conselho, sendo constituído pelo Presidente e por 94 conselheiros titulares e respectivos suplentes.

DIRETORIA

A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

PRESIDÊNCIA

A presidência é o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o CREMESE e cumprir e fazer cumprir as decisões da diretoria e do Plenário.

CUSTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS

Em virtude dos cargos de conselheiros e dirigentes dos Conselhos Profissionais serem honoríficos, não ensejando remuneração pelos serviços dedicados e para o cumprimento de sua missão institucional, o CREMESE dispõe de 40 Conselheiros atuantes em Aracaju/SE. Quando convocados para participar de reuniões plenárias, de diretoria, julgamentos, sindicâncias, comissões e eventos diversos, os Conselheiros recebem verbas de caráter indenizatório (diárias, jetons e auxílios representação), conforme os procedimentos e valores fixados pela Resolução CREMESE nº 03/2017.

REUNIÕES	CUSTO (R\$)
26 JULGAMENTOS	237.900,00
18 PLENÁRIAS	
20 DIRETORIAS	
12 RQE	
28 CODAME	
1 ASSEMBLEIA GERAL	
DIÁRIAS	R\$
26 REUNIÕES E EVENTOS	34.195,00
7 FISCALIZAÇÕES	
AUXÍLIOS REPRESENTAÇÃO	R\$
4 REUNIÕES E EVENTOS	7.750,00
27 FISCALIZAÇÕES	

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes

Interessadas

O CREMESE disponibiliza canais gratuitos de atendimento ao cidadão e através destes recebe os mais diversos tipos de informações, sugestões, críticas, reclamações e documentos dos seus usuários. Porém, em relação aos indicadores, O CREMESE não possui indicador para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

Central de Atendimento Telefônico e ramais: todos os setores e servidores possuem sua linha telefônica para fins de orientação e esclarecimentos sobre os diversos assuntos. Apenas informações sobre processos ético-profissionais, por serem sigilosos, não podem ser divulgadas, ou seja, somente as partes envolvidas e de forma presencial, podem solicitá-las.

Horário de Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 07h às 17h ininterruptamente.
Telefone: (79)3212-0700 e ramais elencados no site.

Atendimento Presencial: Além do atendimento telefônico, o CREMESE disponibiliza o atendimento presencial, mediante senha, ou por correspondência.

Portal CREMESE: O CRM/SE disponibiliza seu site (www.cremese.org.br) – disponível 24h, que dispõe de todas as informações sobre os serviços prestados, emissão de documentos e boletos de pagamento, atualização de endereços, informações da área médica, eventos, entre outras.

Contatos eletrônicos (e-mail): Os e-mails são divulgados via site visando diminuir a distância entre o cidadão e os serviços prestados.

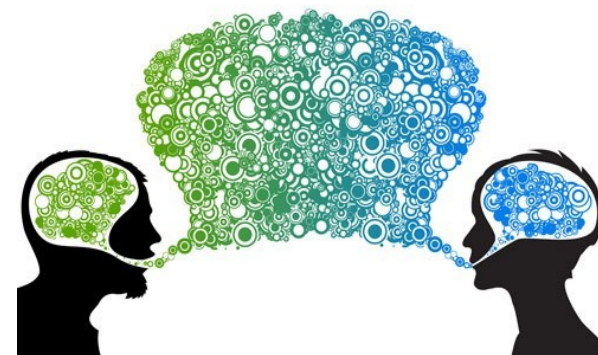
Portal da Transparência: O Portal da Transparência é o link constante no site do CREMESE onde são divulgadas diversas informações e a utilização dos recursos públicos arrecadados.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão: Canal onde são divulgadas as informações pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato, bem como os relatórios sobre a Lei de Acesso a Informação.

2019: 01 solicitação enviada/1 solicitação atendida

Redes Sociais: Instagram - @crm.se

As principais ações do Conselho (realização de cursos, comunicados, notas de esclarecimentos, entre outros) são divulgadas através das Redes Sociais, Site da Instituição e o e-mail Marketing.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos é fundamental para a entrega dos resultados da Entidade de uma forma mais segura. Objetiva avaliar a execução ética das atividades exercidas no âmbito interno e externo, bem como a segurança de forma econômica, eficiente e eficaz das operações financeiras, buscando a proteção do patrimônio. No CREMESE, a avaliação de riscos e de controles internos das operações ocorre sistematicamente em etapas: mensalmente pela Comissão de Tomada de Contas e pelo Plenário, anualmente pela Auditoria do Conselho Federal de Medicina e a qualquer momento, em todas as fases dos processos, pelos setores (jurídico, contábil e financeiro, judicante, fiscalizatório, cartorial, administrativo, recursos humanos etc.), em virtude de mudanças na legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades. Em caso de apontamentos de eventuais falhas e/ou oportunidades de melhorias, essas serão tratadas de forma imediata pelos gestores, no sentido de acionar a melhor forma de correção e a melhor aplicação dos recursos públicos.

Atualmente no CREMESE, pela ausência do Planejamento Estratégico, a Gestão de riscos é conduzida de forma descentralizada pelas diferentes áreas, os principais riscos levantados são:

RISCOS	CONSEQUÊNCIAS	AÇÕES
Desatualização do Manual de Procedimentos (internos e externos)	Falta de orientação adequada	Fornecer cursos internos para reciclagem Atualização do Regimento Interno e Instruções Normativas através de Comissões
Desaparelhamento de pessoal	Dificuldade no atendimento das demandas e descumprimento de atividades em tempo hábil Sobrecarga de trabalho	Constituição de Comissões e realocação de mão-de-obra Realização de concurso público para contratação de servidores
Falha no controle de prazos	Impactos negativos de ordem financeira e na reputação da Entidade	Implantação de ferramentas de controle Capacitação e atualização profissional
Desatualização de Estrutura (tecnológica e de segurança)	Perda de dados por atuação de hackers Insatisfação dos usuários dos serviços	Implantação de serviços via web e novos sistemas eletrônicos Aquisição de softwares
Falta de comunicação entre setores	Descentralização de resultados	Criação de Políticas de Comunicação e realização de reuniões frequentes

Atuação da unidade de auditoria interna

O Setor de Controle Interno do CFM realiza auditorias anuais em todos os Regionais, no intuito de avaliar a adequação das operações e os controles internos utilizados no acompanhamento de suas atividades, bem como verificar a correta aplicação dos recursos financeiros e oferecer suporte técnico para o cumprimento das determinações legais e regimentais. As contas de 2019 ainda não foram auditadas devido à Pandemia, o agendamento era para maio e até o momento está sem data remarcada. O CREMESE não possui Auditoria Independente.

Atuação da Comissão de Tomada de Contas (CTC)

A Comissão de Tomada de Contas é composta por 03 membros eleitos pelo Plenário, por período igual ao mandato da Diretoria. Suas competências estão elencadas no Regimento Interno do CREMESE e entre as atividades exercidas encontramos o acompanhamento da execução orçamentária e o exame da proposta orçamentária anual. Mensalmente, a Comissão emite relatório sobre as contas e submetem o resumo ao Plenário para aprovação.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

No âmbito administrativo, quando verificado qualquer ato ilícito ou indisciplinar cometido por colaboradores da entidade, é instaurado o processo administrativo disciplinar (PAD) para averiguação/investigação dos atos e apuração de responsabilidades com base nos fatos levantados nos processos administrativos oriundos da conduta funcional.

As situações identificadas são apuradas pela Comissão que realiza os trabalhos no prazo de 60 a 120 dias e ao final emite parecer e sugestão de encaminhamento à Diretoria e Plenária de acordo com os fatos levantados. Essa

comissão é composta por um presidente e dois membros que podem ser substituídos a qualquer tempo, considerando o vínculo ou o interesse no processo em relação ao arrolado.

Em relação à Corregedoria, área responsável pelo recebimento de denúncias e consultas, a correição é realizada no início de cada ano, sendo analisadas as Sindicâncias e os Processos por ordem cronológica, observando o prazo prescricional e o tempo de tramitação dos mesmos, a fim de evitar possível prescrição por cinco anos ou por paralisação há mais de três anos. O sistema de informação dos dados (SIEM/SAS) é devidamente alimentado quanto às Sindicâncias e aos Processos.

Informações sobre ações judiciais contra a entidade

- Foram 77 pareceres judiciais e administrativos emitidos pela área;
- 02 processos trabalhistas em andamento e 01 encerrado;
- 03 processos da justiça federal em andamento e 02 encerrados;
- 01 ação declaratória de débitos com cobrança em andamento;
- 01 ação civil pública com pedido de tutela de urgência encerrada.

RESULTADOS DA GESTÃO

Os conselhos profissionais de fiscalização foram criados com o dever legal de fiscalizar o exercício profissional, zelando pela preservação de dois aspectos fundamentais: ética e habilitação técnica para exercer as atividades, garantindo a qualidade de vida e saúde da sociedade.



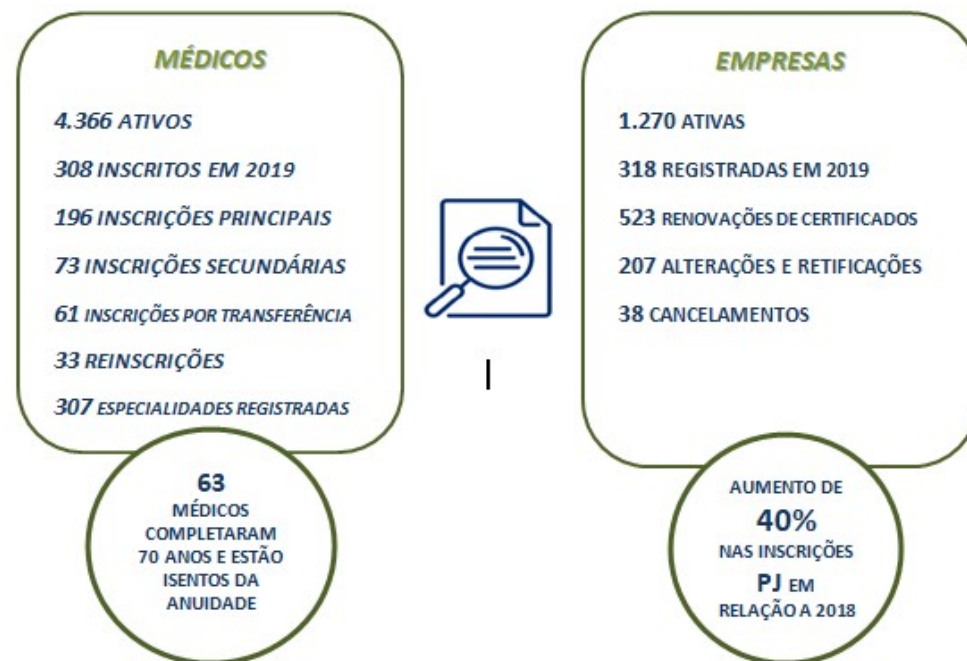
ATIVIDADES FINIS:

REGISTRO

REGISTRO DE PROFISSIONAIS – Área responsável pelo registro do médico e emissão do seu número de CRM. Além disso, é o setor responsável pela manutenção do banco de dados, registros das especialidades, emissão de certidões, documentos e segundas vias, inscrições por transferências ou secundárias de médicos originários de outros estados. O Registro Profissional é obrigatório e deve ser requisitado pelos profissionais diplomados no país e no exterior, desde que se submetam ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA).

REGISTRO E CADASTRO DE EMPRESAS – Área responsável pelo registro e cadastro das empresas e estabelecimentos médicos, manter atualizado o cadastro informatizado e de documentos relativos às pessoas jurídicas, comissões de ética médica, regimentos internos de corpo clínico. O Registro de Empresa é obrigatório e deve ser requisitado pelas empresas que desejam atuar

no Estado de Sergipe. Os estabelecimentos hospitalares e de saúde mantidos pela União, Estados e Municípios deverão se cadastrar no CRM de sua respectiva jurisdição.



ESPECIALIDADES MAIS REGISTRADAS EM 2019:

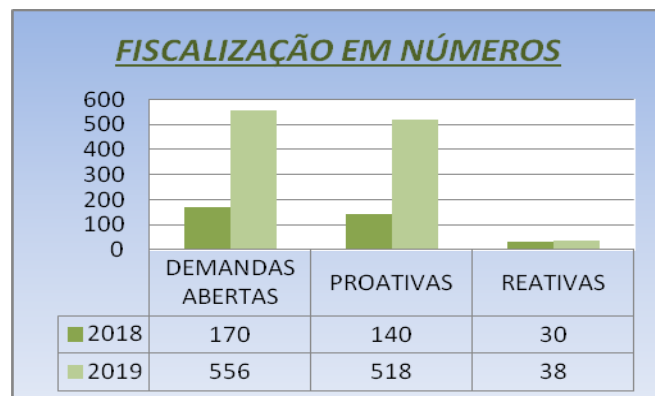
- ✓ **PEDIATRIA: 44**
- ✓ **CLÍNICA MÉDICA: 35**
- ✓ **CARDIOLOGIA: 25**
- ✓ **CIRURGIA GERAL: 25**

- ✓ ANESTESIOLOGIA: 17
- ✓ MEDICINA DO TRABALHO 16

FISCALIZAÇÃO

Área que tem a responsabilidade de observar se as atividades exercidas pelo profissional e estabelecimentos inscritos estão de acordo com as normas e condutas estabelecidas no Código de Ética e legislações pertinentes. O setor fiscalizador também age como avaliador de assuntos referentes à publicidade médica, visto que existe uma legislação específica para a construção de campanhas publicitárias. Para isso, foi criada a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME), responsável em emitir pareceres, convocar médicos e pessoas jurídicas para esclarecimentos, rastrear anúncios que desobedeçam as normas legais e propor instauração de sindicância quando for detectada infração ao Código de Ética Médica.

Em 2019, o Setor de Fiscalização atendeu às solicitações do Ministério Público e de outros órgãos e deu continuidade à realização de levantamentos em grupos de instituições, além de revisão dos diversos roteiros para aprimoramento e/ou atualização dos mesmos conforme a legislação vigente.



NOTIFICAÇÕES ENVIADAS	
2018	87
2019	293

- As demandas proativas são ações oriundas de operações do CRM, demandas administrativas para liberação de registros definitivos e demandas buscativas para identificação de estabelecimentos que atuavam sem inscrição. Desse quantitativo, **03** geraram Interdições Éticas do trabalho médico;
- As demandas reativas são oriundas de solicitações do Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça e outros.

PRINCIPAIS OBJETIVOS ALCANÇADOS

- Aumento de 270% no atendimento de demandas proativas;
- Aumento de 21% no atendimento de demandas reativas;
- Liberados 356 registros definitivos para estabelecimentos de saúde;
- Efetivadas as inscrições de 91 estabelecimentos identificados;

VALORES APLICADOS NA FISCALIZAÇÃO EM 2019

DESPESAS	2019
Diárias	4.455,00
Pessoal, Encargos e Benefícios.	67.480,25
Seguro veículo	4.126,19
Auxílio Representação	6.500,00

Aquisição de Veículo	75.000,00
TOTAL	157.561,44

O aumento significativo das ações de fiscalização deveu-se à estruturação do setor iniciado em 2018, composto por chefe do Departamento, 02 agentes de diligências e dos esforços dos Conselheiros que realizaram diversas fiscalizações a fim de suprir a saída do médico-fiscal no início do ano passado.

RESULTADOS DA CODAME

REALIZADAS 28 REUNIÕES ORIENTATIVAS A RESPEITO DAS PUBLICIDADES DOS PROFISSIONAIS E DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

34 médicos que realizaram divulgação de especialidade não registrada foram orientados pela Comissão para as correções necessárias.

37 Diretores Técnicos de Pessoas Jurídicas receberam orientação para adequação de publicidade em seus estabelecimentos.

02 preceptores de Residência Médica foram orientados sobre a correta identificação de residentes.

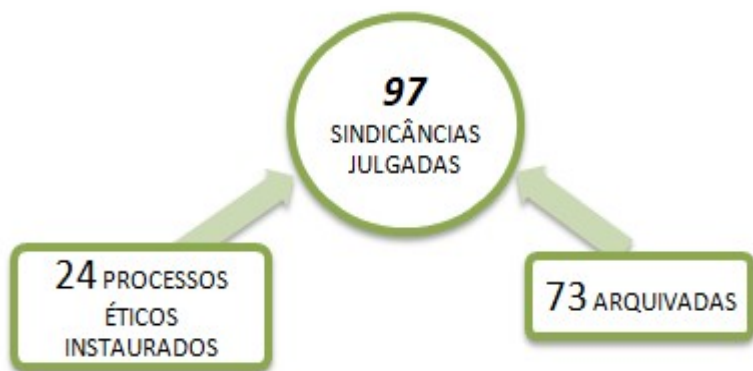
SUPERVISÃO DA ÉTICA – ATIVIDADE JUDICANTE

SINDICÂNCIAS - Tem por atribuição receber as denúncias, as quais são autuadas e tem prosseguimento de acordo com o que determina o Código de Processo Ético Profissional e demais legislações em vigor, sendo realizados todos os atos processuais que se fizerem necessários.



DADOS E INDICADORES DE 2019





De acordo com o IDP – Índice de Desempenho de Processos (IDP= Número de PEP's julgados/Número de PEP's instaurados) utilizado pela Corregedoria do CFM e considerando que os valores quantitativos de referência são:

Excelente: > = 1; Bom: 0,75 – 0,99; Regular: 0,51 – 0,74; Péssimo: < = 0,50

CRM/SE

PENALIDADES APLICADAS EM 13 PROCESSOS ÉTICO-PROFISSIONAIS JULGADOS PELO PLENO EM 2019:



Além dos processos de julgamento, o CREMESE em 2019 instaurou 05 Processos-Consulta e aprovou 21 pareceres norteadores.

EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA

A Educação Médica Continuada visa ministrar cursos de atualização profissional, educação preventiva e outros mecanismos de orientação visando à prevenção de erros médicos, propiciando mais segurança e eficácia na atuação do profissional e na qualidade do atendimento aos pacientes. O projeto é de extrema importância, pois possibilita aos médicos o acesso a conteúdo científico atual, de forma gratuita e dinâmica. Trata-se de uma valiosa contribuição à classe médica, que democratiza o acesso ao conhecimento desenvolvido em centros de referência e beneficia diretamente a assistência à saúde da sociedade. Em 2019, o CREMESE realizou 10 módulos mensais, divididos por especialidades e temas diversos:

CARDIOLOGIA
ONCOLOGIA
PSIQUIATRIA
REUMATOLOGIA
PEDIATRIA
GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA
ATESTADO DE ÓBITO
CIRURGIA
NEUROCIRURGIA
INFECTOLOGIA



O valor de R\$15.000,00 aplicados na Educação Médica Continuada refere-se somente à contrapartida do CFM, não incluindo nesses dados materiais de expediente e consumo, serviços gráficos, horas-extras de funcionários, auxílios-representação de Conselheiros, entre outras despesas efetuadas pelo CREMESE, porém não contabilizados e nem ressarcidos no Projeto com o Conselho Federal.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão Orçamentária e Financeira

O CREMESE elabora seu orçamento anualmente com base em Resoluções do CFM, e o submete à análise da Diretoria que delibera para aprovação do Plenário e, posteriormente, ao Conselho Federal. Para o exercício de 2019, o orçamento foi aprovado na Plenária de 29/10/2018, e aprovado na Plenária do CFM em 12/12/2018 – Resolução CFM nº 2.225/2018 e publicada no Diário Oficial da União em 21/12/2019, Seção I.

RECEITAS

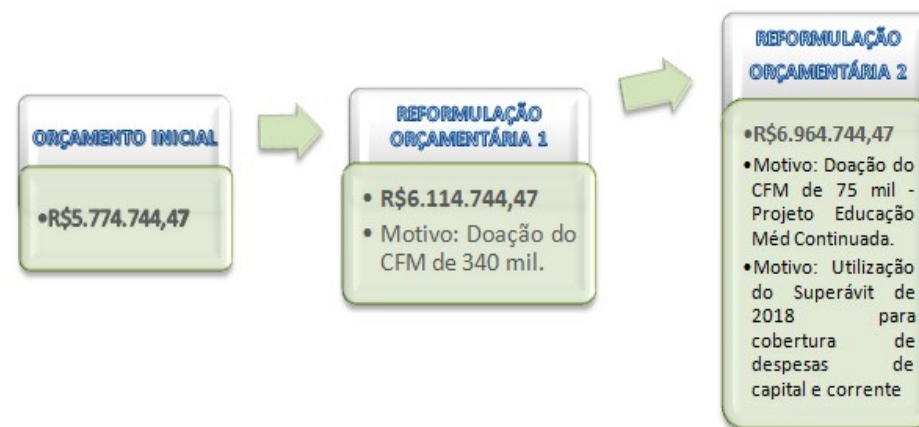
Comparativo 2018 x 2019:

2018	2019	Variação
Receita Corrente Orçada	Receita Corrente Orçada	%
5.021.343,75	5.653.744,47	13%
Receita Capital Orçada	Receita Capital Orçada	
1.971.725,06	1.311.000,00	-34%
RECEITA PREVISTA	RECEITA PREVISTA	
6.993.068,81	6.964.744,47	-0,41%
Receita Corrente Realizada	Receita Corrente Realizada	
4.622.595,93	5.262.938,24	14%
Receita Capital Realizada	Receita Capital Realizada	
1.866.725,98	415.000,00	-78%
RECEITA REALIZADA	RECEITA REALIZADA	
6.489.321,91	5.677.938,24	-13%

Considerando apenas as receitas correntes, observamos um aumento de 14% na arrecadação, já a redução expressiva das receitas de capital, deveu-se à doação do CFM para a obra ter sido reconhecida em 2018.

REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019

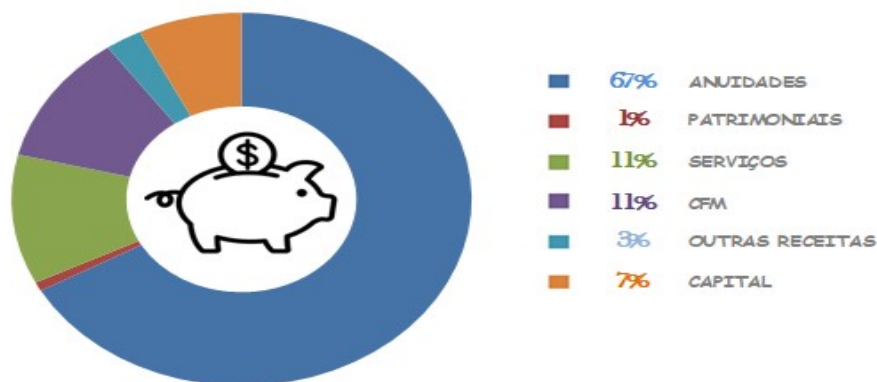
As reformulações orçamentárias são autorizadas por Resolução e devem ser aprovadas em Plenário. Nesse Exercício, fizemos duas reformulações orçamentárias, a primeira suplementação para inclusão do valor doado pelo CFM, através do Projeto Investimentos, direcionados à compra de ar-condicionado e plataforma de acessibilidade e a segunda, para incluir nova doação do CFM para a compra de veículo para Fiscalização e suplementação do orçamento com o Superávit do ano de 2018.



ORIGEM DAS RECEITAS

O CREMESE não recebe repasse da União e os nossos recursos são provenientes da arrecadação das anuidades, multas e serviços, composta basicamente por Receitas Correntes (de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, Transferências e Outras Receitas Correntes) e Receitas de Capital (Operações de Crédito, Alienação de Bens, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital).

As Receitas de Contribuições são classificadas em Anuidades de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas e correspondem a 67% da arrecadação do Conselho. Essa cobrança, disposto no artigo 149 da Constituição Federal de 1988, foi regulamentada pelo art. 16 da Lei 3.268/57, e seus valores fixados pela Lei 12.514/11 e Resolução 2185/2018 do CFM.



COMPARATIVO DA RECEITA	2018	2019	Evolução (%) 2018 X 2019
CONTRIBUIÇÕES	3.412.483,18	3.798.065,67	11%
PATRIMONIAIS	28.396,70	43.869,01	54%
SERVIÇOS	427.092,23	635.106,00	49%

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	650.525,41	639.398,21	-2%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	104.098,41	146.499,35	41%
CAPITAL	1.866.725,98	415.000,00	-78%
RECEITA REALIZADA	6.489.321,91	5.677.938,24	-13%

Podemos observar no Comparativo acima que, houve uma queda de 13% da Receita em relação a 2018, porém a redução foi motivada pela paralisação da obra de reforma e ampliação da Sede e, conseqüentemente, dos repasses do CFM, como se pode observar em Despesas de Capital, cuja redução de 78% foi devida a ausência de repasses das doações no período.

A receita do CREMESE apresenta constante evolução nos últimos anos, tendo como principais fatores: o crescimento contínuo do número de médicos e de empresas médicas registradas, o reajuste anual aplicado às anuidades e às taxas de serviços, do crescimento das escolas médicas e turmas formadas, das cobranças administrativas e a eficiência da fiscalização, ensejando na redução do índice de inadimplentes. Com a implantação da cobrança via Protesto de Títulos (cartorial), a projeção de receita para os próximos exercícios apresenta um cenário positivo e favorável ao crescimento sustentável da instituição.

ORIGEM DAS RECEITAS 2018 X 2019			
Receita Compartilhada com o CFM	Arrecadada 2018	Arrecadada 2019	Variação (%)
Anuidades do Exercício - PF	R\$ 1.707.929,30	R\$ 1.764.507,52	3%
Anuidades do Exercício - PJ	R\$ 471.902,27	R\$ 634.428,91	26%
Anuidades Anteriores - Fase Administrativa	R\$ 189.830,37	R\$ 133.279,19	-42%
Anuidades Anteriores - Fase Executiva (DAU)	R\$ -	R\$ -	0%
Taxas de Carteiras Profissionais	R\$ 15.587,64	R\$ 14.770,03	-6%
Taxas de Cédula de Identidade	R\$ 32.073,72	R\$ 31.471,50	-2%
Multa Eleitoral	R\$ 3.426,17	R\$ 37.375,25	91%

Multa s/ Anuidades	R\$ 18.237,67	R\$ 10.802,37	-69%
Juros s/ Anuidades	R\$ 62.232,47	R\$ 49.414,53	-26%
Total	R\$ 2.501.219,61	R\$ 2.676.049,30	7%
Valor da Cota Parte ao CFM (33,33%)	R\$ 1.077.557,42	R\$ 1.337.980,72	19%
Devoluções de Exercícios Anteriores (-)	R\$ -	R\$ -	0%
Valor da Cota Parte Repassada (8,33%)	R\$ 298.700,41	R\$ 304.934,23	2%
Receita NÃO Compartilhada com o CFM	Arrecadada 2018	Arrecadada 2019	Variação (%)
Taxa de Inscrição - PF	R\$ 34.799,00	R\$ 43.720,00	20%
Taxa de Inscrição - PJ	R\$ 181.239,00	R\$ 299.653,20	40%
Análise de RQE e Certificado de Especialista	R\$ 23.336,00	R\$ 26.858,00	13%
Certificado PJ	R\$ 19.701,00	R\$ 46.166,00	57%
Renovação de Certificado	R\$ 96.154,76	R\$ 114.485,64	16%
Taxa de Cancelamento	R\$ 1.441,00	R\$ 7.267,00	80%
Alteração Contratual	R\$ 5.630,00	R\$ 21.820,00	74%
Alteração de Responsabilidade Técnica	R\$ 4.975,00	R\$ 5.666,00	12%
Sub-Total	R\$ 367.275,76	R\$ 565.635,84	35%
Devoluções de Exercícios Anteriores (-)	R\$ -	R\$ -	-
Total	R\$ 367.275,76	R\$ 565.635,84	35%

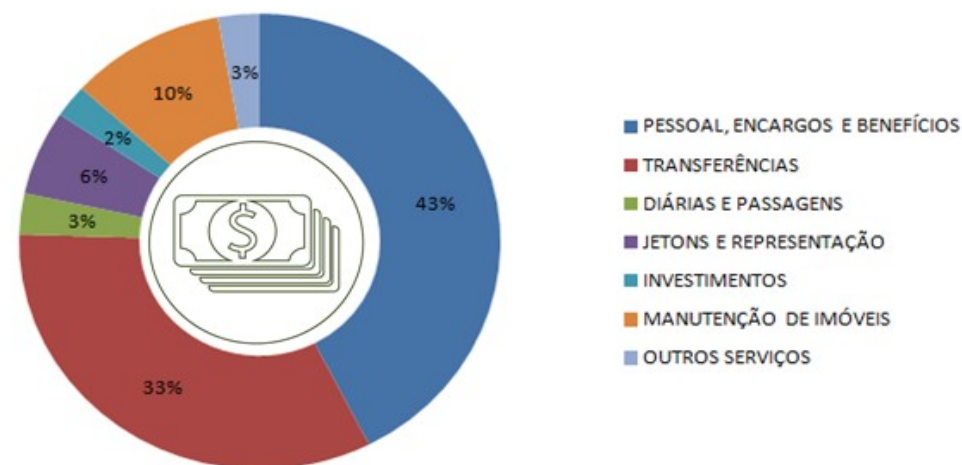
O quadro ao lado demonstra as receitas brutas do Conselho por serviço prestado e contribuição efetuada. De acordo com a Lei 3.268/1957, parte da receita arrecadada pelo regional deve ser repassada ao Conselho Federal de Medicina e em consonância com o art.26 da Resolução 2.185/18 do CFM, as cotas parte são rateadas pela rede bancária automaticamente na liquidação dos títulos.

A arrecadação do ano de 2019 em relação às anuidades de pessoas físicas foi superior a do ano de 2018 em 3% (três por cento); já em relação às anuidades de

pessoas jurídicas ocorreu um crescimento de 26% (vinte e seis por cento); O importante acréscimo na arrecadação das anuidades de pessoas jurídicas ocorreu em função do aumento do número de inscrições de novas empresas médicas em um percentual de 40% (quarenta por cento) em relação ao ano anterior. Provavelmente, também em função do número de inscrições de novas pessoas jurídicas ocorreram acréscimos consideráveis nas receitas de serviços da entidade direcionados às mesmas. Em relação à arrecadação de anuidades de exercícios anteriores de pessoas físicas e jurídicas, observamos que ocorreu uma retração de 42% (quarenta e dois por cento) em relação aos valores arrecadados em 2018.

DESPESAS

EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM 2019:



As despesas do CREMESE são formadas pelos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital. O desempenho orçamentário e financeiro é acompanhado mensalmente pelas Comissões de Tomada de Contas e os balancetes apresentados e analisados pelo Pleno, sendo todas as variações e

possíveis desencaixes ocasionados por contingências, ajustados tempestivamente visando à saúde financeira da entidade.

COMPARATIVO DA DESPESA	2018	2019	Evolução (%) 2018 X 2019
DESPESA CORRENTE	3.913.580,80	4.063.343,23	4%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.331.307,46	1.417.688,92	6%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.582.273,34	2.645.654,31	2%
DESPESA DE CAPITAL	552.208,66	96.883,88	-82%
INVESTIMENTOS	552.208,66	96.883,88	-82%
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	-
DESPESA EXECUTADA	4.465.789,46	4.160.227,11	-7%

ANO	DESPESA ORÇADA	DESPESA EXECUTADA	Evolução (%)
2018	6.993.068,81	4.465.789,46	-36%
2019	6.964.744,47	4.160.227,11	-40%

Com relação à evolução da despesa, o acréscimo das despesas correntes de 2019 em relação a 2018, justifica-se pelo aumento do quadro de funcionários, aplicação do reajuste salarial e promoções por mérito, além da expansão das atividades e investimentos em projetos e reajustes contratuais. O aumento da arrecadação também impacta no aumento das despesas, tanto na elevação do montante transferido ao CFM a título de cota parte, como nas despesas de serviços bancários,

pelo maior número de boletos de cobrança emitidos. Considerando a redução expressiva das despesas de capital, deveu-se às doações do CFM para a obra ter sido empenhada e liquidada em 2018, ou seja, alocada em Restos a Pagar em 2019.

COBRANÇA

O Setor de Cobrança é a área responsável pelas cobranças administrativas das anuidades devidas pelos profissionais e empresas inscritas. Além disso, analisa e executa os pedidos de parcelamento e remissões de débitos.

RENÚNCIA DE RECEITAS

Médicos	Resolução CFM nº 2185/2018	Quant.	Valor
Isenção por Idade (70 anos)	Art. 7º	63	47.250,00
Desconto na 1ª inscrição (60%)	Art. 2º	196	27.425,00
Desconto por pagamento antecipado da anuidade em Janeiro e Fevereiro	Art. 2º	1708	65.031,32
Isenção por doença incapacitante	Art. 9º	-	0,00
Subtotal Renúncia PF			139.706,32
Empresas-médicas	Resolução CFM nº 2185/2018	Quant.	Valor
Desconto anuidade PJ com até 2 sócios e 1ª faixa de capital (80%)	Art. 13	1	600,00
Subtotal Renúncia PJ			600,00
TOTAL GERAL RENÚNCIA 2019		1968	140.306,32

PARCELAMENTO DE DÉBITOS

É permitido o parcelamento de débitos em aberto em até 12 parcelas (a depender do caso), conforme determinação da Resolução de Anuidade do CFM. Em 2020, serão permitidos os parcelamentos via cartão de crédito, reduzindo assim a inadimplência dos cumprimentos do carnê de boletos. Em 2019, tivemos os seguintes levantamentos:

TIPOS DE PARCELAMENTO	ATENDIMENTOS EFETUADOS	INADIMPLENTES	% DE INADIMPLÊNCIA
Anuidades anteriores - Pessoa Física	57	21	37%
Anuidades anteriores - Pessoa Jurídica	11	2	18%
Anuidade de 2019 - Pessoa Física	169	8	5%
Anuidade de 2019 - Pessoa Jurídica	76	2	3%
TOTAL	313	33	

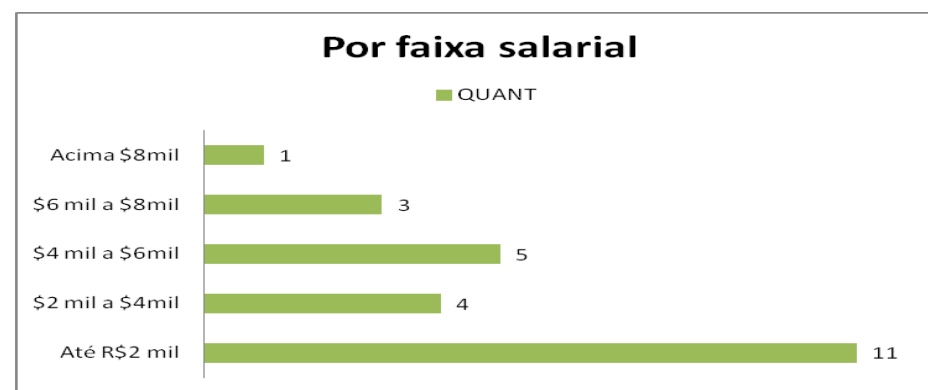
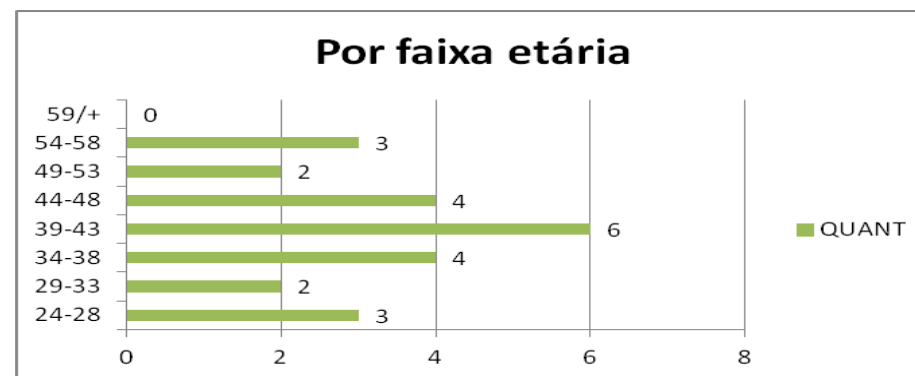


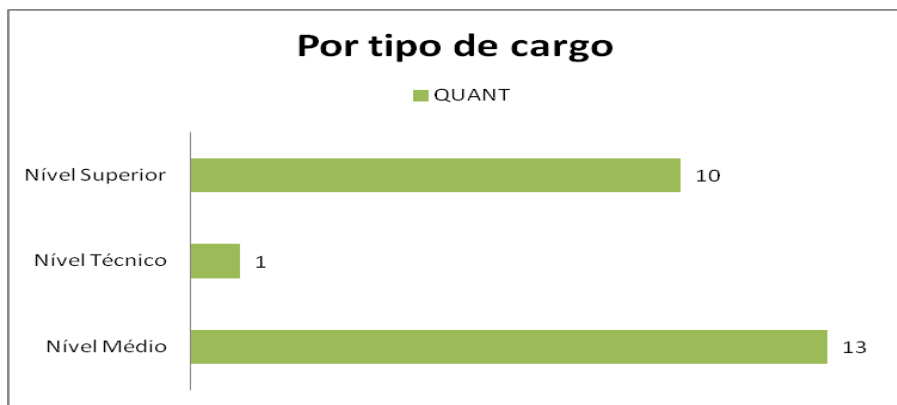
O oferecimento da possibilidade de parcelamento de débitos em cartão de crédito a partir de 2020 e, posteriormente através do site da instituição, além de realizar campanhas para regularização de débitos com divulgação nas redes sociais e no site da instituição, poderá contribuir positivamente na redução dos índices de inadimplência da entidade.

GESTÃO DE PESSOAS

Nosso quadro de pessoal em 2019 foi composto por 24 cargos, sendo um cargo de fiscal médico em suspensão por mandato eletivo, um cargo de auxiliar administrativo em afastamento por auxílio doença e um cargo de fiscal médico demitido a pedido. Foram contratados dois cargos em comissão, sendo um engenheiro de obras e uma jornalista.

PERFIL DOS COLABORADORES





Por gênero



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL

O Recrutamento externo para quadro efetivo do CREMESE é obtido por meio de concurso em perfis de competências (art. 37, II, CF), e o contrato é firmado com base no Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT. Em relação aos cargos/funções de livre provimento de natureza técnica ou gerencial tem seus perfis de competências instituídos por meio de Resolução.

Considerando os últimos anos houve um acréscimo na despesa com pessoal em função de admissão de cargos em comissão (assessor de imprensa + assistente

técnico de obra). O aumento da despesa foi mitigado pelo afastamento de um auxiliar administrativo em função de auxílio-doença no mês de março/2019 e demissão a pedido do médico-fiscal. O reajuste anual foi de 3,43%, o que leva a crer que o aumento da despesa se deu de forma preponderante pelo aumento na força de trabalho.

TIPO EVENTO	2017	2018	2019	TOTAL
PROVENTO	R\$ 1.019.869,95	R\$ 975.936,39	R\$ 1.098.599,80	R\$ 3.094.406,14
DESCONTO	R\$ 338.338,83	R\$ 308.712,62	R\$ 360.467,65	R\$ 1.007.519,10
LÍQUIDO	R\$ 681.531,12	R\$ 667.223,77	R\$ 738.132,15	R\$ 2.086.887,04

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

O CREMESE não possui um programa de capacitação continuada, portanto as capacitações fornecidas estão ligadas diretamente ao desempenho de atividades em comissões específicas, às solicitações individuais e mudanças em legislação aplicada às rotinas de trabalho. Internamente são ministrados mini-cursos para atualização de manuais relacionados ao setor de inscrição. Os empregados também são incentivados a se especializarem por meio de cursos on-line.

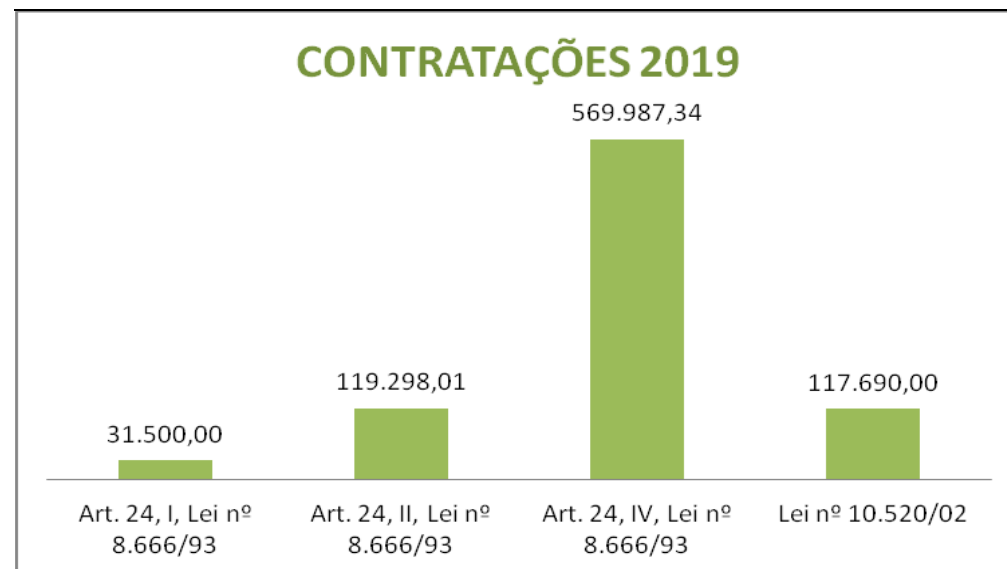
MÊS	TEMA	SETOR	QTD PESSOAS	CIDADE
Janeiro	Sistema Web-Cremeb	Fiscalização	8	Salvador
Fevereiro	Proc. Ético Profissional	Setor processos/TI	2	Brasília
Abril	Sistematização pareceres	Setor processos	1	Brasília
Maior	Relato integrado para Conselhos de Fiscalização	Tesouraria	1	São Paulo

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Os processos de dispensa de licitação com fulcro nos incisos I, II e IV, art. 24, Lei 8.666/93, tendo sido 12 processos de compras e serviços (inciso II), 01 processo de contratações de obras e serviços de engenharia (inciso I) e 01 processo emergencial (inciso IV). Foram contratados R\$31.500,00 em obras e serviços de engenharia (inciso I), R\$569.987,34 em instalações (inciso IV) e R\$119.298,01 em compras e serviços (inciso II) e R\$117.690,00 (Lei nº 10.520/02), totalizando o valor de R\$838.475,35 em contratações. As dispensas de licitação levam em consideração o seu valor, que não pode ultrapassar o limite legal estabelecido, que é de R\$ 33.000,00 para obras e serviços de engenharia, e de R\$ 17.600,00 para compras e serviços, conforme termos do Decreto 9.412/18 que atualizou a Lei 8.666/93.

Cabe destacar que o Manual de Compras do TCU orienta que nos casos em que é possível realizar a compra direta, essa deve ser a modalidade escolhida, tendo em vista o alto custo administrativo do processo licitatório e os princípios aplicáveis à Administração, tais como a economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade.



A CPL participou ativamente nos processos de contratações diretas adequando e, frequentemente, fazendo todo o estudo da necessidade do objeto em questão. O principal tipo de contratação direta se deu na forma de dispensa de licitação em função do pequeno valor, embora não tenha deixado de ocorrer à inexigibilidade de licitação em razão de licitação deserta ou fracassada que não pode ser repetida. Foi utilizado também o SRP – Sistema de Registro de Preços (Decreto no 7.892, de 23 de Janeiro de 2013), na qualidade de órgão/entidade NÃO PARTICIPANTE – Órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos da legislação referente ao registro de preço, faz adesão à Ata de Registro de Preços. O órgão não

participante é também conhecido como “carona”. Todas as aquisições objetivaram atender necessidades do ente.

- **Principais desafios**

O desafio em relação às compras é corresponder às exigências da lei de licitação em função dos quantitativos das necessidades do ente que às vezes mostram-se pouco atrativos aos potenciais interessados, o que acaba não assegurando a melhor proposta. Outro desafio é fazer com que todos os servidores do ente compreendam que o processo de contratação/suprimento de insumos e serviços não é tarefa única da comissão de licitação, pelo contrário, todos os setores têm obrigação de fazer levantamentos de suas necessidades, buscando adquirir o objeto ou serviço, fazendo com antecedência os estudos e delineando o objeto de forma que este resulte, ao final, em uma contratação satisfatória. Neste ponto informamos que as demandas relacionadas à tecnologia da informação precisam ser mais bem identificadas e formalizadas. Atualmente, o setor de informática espera que a alta direção determine o que deve ser adquirido qualitativamente e quantitativamente, ou seja, ocorre aqui o caminho inverso, pois na verdade é do setor de TI a competência para propor a solução compatível com a necessidade do ente.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Além dos contratos decorrentes das licitações supracitadas, alguns dos principais contratos incorrem em gastos necessários para o correto andamento das atividades administrativas. Para isso, destacam-se 10 processos que representam as contratações **mais relevantes** para esse fim. A soma de desembolsos desses contratos envolveu um montante anual de **R\$833.225,41**, e pode ser dividido nos seguintes grupos de gastos: internet, aluguel, serviços terceirizados, telefonia, transporte de documentos, plano de saúde, vale alimentação, água e energia.

GRUPO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)
Energia elétrica	33.984,62
Água e esgoto	7.295,45
Passagens	60.448,46
Locação de imóveis	106.405,40
Limpeza	67.243,00
Vigilância	193.599,45
Vale Alimentação	162.076,54
Postagens	38.609,54
Plano de saúde	147.349,30
Telefonia	16.213,65
TOTAL	833.225,41

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação no CREMESE fica a cargo do Setor de Tecnologia da Informação (STI), que é responsável por inovar, aprimorar, programar e gerenciar sistemas informatizados e cuidar para que esses sistemas sejam seguros e amigáveis para os usuários. Definir estratégias de uso dos recursos de informática para garantir o melhor desempenho de cada setor, além de diagnosticar disfunções do sistema, solucionar problemas de rede e escolher os projetos de informática a serem adotados.

Recursos aplicados em T.I.

Serviço	Valor
Serviço de Internet (link)	R\$ 1.857,96

Locação de equipamentos	R\$ 7.150,00
Manutenção de Sistemas	R\$ 44.122,84
Total	R\$ 53.130,80

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

A aquisição de acesso dedicado à Internet fez-se necessária para garantir a disponibilidade, a confiabilidade e a manutenção dos serviços prestados pela Autarquia, além de permitir a comunicação de dados com o meio externo. A disponibilidade de acesso a serviços e aplicações por meio da Internet com velocidade adequada, para atender o aumento do tráfego em decorrência do aumento de serviços remotos, tem se tornado estratégico.

SISTEMAS UTILIZADOS

Sistema	CR-Virtual
Objetivo:	Controle das fiscalizações executadas pelo CREMESE
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Controle das fiscalizações realizadas alimentando o banco de dados de nacional de fiscalização.
Informações Adicionais	Sistema contratado pelo CFM e fornecido ao CREMESE.

Sistema	Sistema de Folha de Pagamento
Objetivo:	Controle e processamento da Folha de Pagamento da instituição
Responsável Técnico	Setor de TI

Criticidade	Alta
Principais funções	Controle dos Servidores em todos os estágios legais e gerenciais, documento de emissão obrigatória para efeito de pagamento de pessoal, de fiscalização trabalhista e previdenciária.
Informações Adicionais	Fornecido pela empresa DIRETRIZ

Sistema	GLPI
Objetivo:	Gestão de ativos e <i>Help Desk</i>
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Média
Principais funções	Criação de uma base de dados com histórico de atendimentos realizados, evitando perda de informação; supervisionar tarefas delegadas e controlar prazos de execução.
Informações Adicionais	Sistema <i>Open-Source</i> Implementado pela TI do CREMESE

Sistema	NovoSGA
Objetivo:	Gestão de Gerenciamento de Atendimento
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Oferece o controle de filas de atendimento através de emissão de senhas e chamada das mesmas através de painéis, apresenta uma série de recursos que auxiliam na gerência e administração das unidades de atendimento.
Informações Adicionais	Sistema <i>Open Source</i> implementado pela TI do CREMESE

Sistema	Ponto ALL
Objetivo:	Controle de Ponto
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Gerenciamento de controle de ponto

Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Henry
------------------------	--------------------------------------

Sistema	Sistema de Gestão Integrada
Objetivo:	Registro integrado das informações financeiras, contábeis, diárias , passagens, almoxarifado, patrimônio e portal da transparência
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Registro contábil, controle da execução orçamentária, controle e realização de todos os pagamentos, controle do almoxarifado, controle dos bens patrimoniais e geração de depreciação e amortização pertinentes aos bens registrados, registro: das passagens, das diárias e dos Jetons e publicações no portal da Transparência.
Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Implanta Informática

Sistema	SIEM – Sistema Integrado dos Conselhos de Medicina
Objetivo:	Cadastro dos médicos, das empresas médicas, do controle de documentos, do cadastro de sindicâncias, processos éticos, processos administrativos e cadastro da arrecadação e da dívida ativa.
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Banco de dado com informações sobre os médicos e as empresas médicas do estado de Sergipe
Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM

Sistema	Carteira Nacional do Médicos
Objetivo:	Gerar a carteira Nacional dos médicos
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Captura dos dados biométricos dos médicos , solicitar a emissão da carteira Nacional dos Médicos e fornecer esta carteira, possui interação com o sistema de Cadastro dos médicos do SIEM
Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM

Principais ações futuras:

- ✓ Implantação da plataforma de serviços via web;
- ✓ Implantação do Sistema Eletrônico de Processos Éticos;
- ✓ Elaboração do Plano Estratégico de TI – PETI;
- ✓ Aquisição de um Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED;

Ações de Desenvolvimento

- Sistema de Gerenciamento de Eventos – SGE;
- Sistema destinado ao recebimento e validação de Dados Estatísticos;
- Sistema de registro das entrevistas da Pesquisa de Satisfação dos Médicos;
- Gestão de Demandas de Sistemas;

Ações de Infraestrutura em TI

- Reestruturação dos Serviços de Armazenamento de Arquivos – DFS;
- Aquisição de servidores para processamento e armazenamento;
- WiFi Corporativo;
- Assinatura digital de documentos e e-mails;
- Solução de Backup (ampliar);
- Aquisição de Desktops e Notebooks;
- Novos ativos de Rede;
- Aquisição de *Storage*;

Ações de Aquisição de Soluções de TI

- Reformulação do Portal de Serviços;
- Software de edição de imagens;
- Sistema de Gestão de Processos;
- Aquisição do Adobe Acrobat X Pro;
- Demais Softwares necessários às Atividades;
- Regularizar e Adquirir licenças dos softwares em produção.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	3.089.943,71	PASSIVO CIRCULANTE	319.483,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.993.231,60	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	177,09
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.078.320,40	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	129.007,28
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	41,32
ESTOQUES	18.391,71	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	1.380,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	124.484,95
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	64.392,29
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	4.071.440,34	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	75.198,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	75.198,80	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	3.996.241,54	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	1.480.609,27	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
BENS IMÓVEIS	4.699.706,33	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.184.074,06	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00
INTANGÍVEL	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00
		TOTAL DO PASSIVO	319.483,41

		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	6.841.900,64
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.841.900,64
TOTAL	7.161.384,05	TOTAL	7.161.384,05
ATIVO FINANCEIRO	2.806.750,80	PASSIVO FINANCEIRO	1.395.435,45
ATIVO PERMANENTE	4.354.633,25	PASSIVO PERMANENTE	124.484,95
SALDO PATRIMONIAL			5.641.463,65

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	1.411.315,35	1.261.307,86

Balço Orçamentário

Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	5.728.744,47	5.653.744,47	5.262.938,24	-390.806,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.123.300,06	3.930.300,06	3.798.065,67	-132.234,39
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	4.123.300,06	3.930.300,06	3.798.065,67	-132.234,39
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	3.292.550,06	2.880.326,85	2.797.190,43	-83.136,42
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	830.750,00	1.049.973,21	1.000.875,24	-49.097,97
RECEITAS PATRIMONIAIS	35.000,00	40.015,00	43.869,01	3.854,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	35.000,00	40.015,00	43.869,01	3.854,01
RECEITAS DE SERVIÇOS	318.985,00	624.595,00	635.106,00	10.511,00
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	10,00	0,16	-9,84
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	318.985,00	624.585,00	635.105,84	10.520,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	958.034,47	883.034,47	639.398,21	-243.636,26
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	958.034,47	883.034,47	639.398,21	-243.636,26
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	958.034,47	883.034,47	639.398,21	-243.636,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	293.424,94	175.799,94	146.499,35	-29.300,59
MULTAS E JUROS DE MORA	157.000,00	153.975,00	146.499,35	-7.475,65
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	94.000,00	94.000,00	90.321,12	-3.678,88
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	21.000,00	7.975,00	0,00	-7.975,00
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	42.000,00	52.000,00	56.178,23	4.178,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	136.424,94	21.824,94	0,00	-21.824,94

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	136.424,94	21.824,94	0,00	-21.824,94		
RECEITA DE CAPITAL	46.000,00	1.311.000,00	415.000,00	-896.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	16.000,00	16.000,00	0,00	-16.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	445.000,00	415.000,00	-30.000,00		
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	30.000,00	445.000,00	415.000,00	-30.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	30.000,00	445.000,00	415.000,00	-30.000,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	850.000,00	0,00	-850.000,00		
OUTRAS RECEITAS	0,00	850.000,00	0,00	-850.000,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	5.774.744,47	6.964.744,47	5.677.938,24	-1.286.806,23		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	5.774.744,47	6.964.744,47	5.677.938,24	-1.286.806,23		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL	5.774.744,47	6.964.744,47	5.188.730,75	4.160.227,11	4.160.227,11	1.776.013,72
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	5.199.407,11	5.339.407,11	4.169.538,42	4.063.343,23	4.063.343,23	1.169.868,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.632.850,00	1.634.325,98	1.417.688,92	1.417.688,92	1.417.688,92	216.637,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.632.850,00	1.634.325,98	1.417.688,92	1.417.688,92	1.417.688,92	216.637,06
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.052.850,00	1.078.025,98	893.259,94	893.259,94	893.259,94	184.766,04
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	385.000,00	380.300,00	362.345,03	362.345,03	362.345,03	17.954,97
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	115.000,00	164.000,00	150.296,56	150.296,56	150.296,56	13.703,44
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	10.000,00	12.000,00	11.787,39	11.787,39	11.787,39	212,61
SENTENÇAS JUDICIAIS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.566.557,11	3.705.081,13	2.751.849,50	2.645.654,31	2.645.654,31	953.231,63
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.492.585,71	1.492.585,71	1.340.160,79	1.340.160,79	1.340.160,79	152.424,92
CONTRIBUIÇÕES	1.492.585,71	1.492.585,71	1.340.160,79	1.340.160,79	1.340.160,79	152.424,92

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	2.073.971,40	2.212.495,42	1.411.688,71	1.305.493,52	1.305.493,52	800.806,71
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	35.000,00	35.000,00	22.545,00	22.545,00	22.545,00	12.455,00
MATERIAL DE CONSUMO	120.100,00	90.434,18	31.633,69	15.506,05	15.506,05	58.800,49
PREMIAÇÕES CULT., ART., CIENT., DESPORT., E OUTRAS	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	45.000,00	65.000,00	60.448,46	60.448,46	60.448,46	4.551,54
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	50.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	247.302,00	601.855,94	437.756,59	400.450,27	400.450,27	164.099,35
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	412.319,40	410.714,16	284.555,60	260.842,45	260.842,45	126.158,56
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	832.150,00	915.724,57	565.079,84	537.281,76	537.281,76	350.644,73
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	100,00	1.166,57	1.166,57	1.166,57	1.166,57	0,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	312.000,00	12.600,00	8.502,96	7.252,96	7.252,96	4.097,04
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	395.337,36	1.625.337,36	1.019.192,33	96.883,88	96.883,88	606.145,03
INVESTIMENTOS	395.337,36	1.625.337,36	1.019.192,33	96.883,88	96.883,88	606.145,03
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	395.337,36	1.625.337,36	1.019.192,33	96.883,88	96.883,88	606.145,03
OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	1.313.003,52	908.942,65	16.593,88	16.593,88	404.060,87
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	395.337,36	312.333,84	110.249,68	80.290,00	80.290,00	202.084,16
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	5.774.744,47	6.964.744,47	5.188.730,75	4.160.227,11	4.160.227,11	1.776.013,72
SUPERÁVIT	0,00	0,00	489.207,49	0,00	0,00	-489.207,49
TOTAL	5.774.744,47	6.964.744,47	5.677.938,24	4.160.227,11	4.160.227,11	1.286.806,23

Balanço Financeiro

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	5.677.938,24	6.489.321,91	Despesa Orçamentária	5.188.730,75	5.708.735,27
RECEITA REALIZADA	5.677.938,24	6.489.321,91	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.028.503,64	1.224.493,39
RECEITA CORRENTE	5.262.938,24	4.622.595,93	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		18.452,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.798.065,67	3.412.483,18	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	4.160.227,11	4.465.789,46
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	3.798.065,67	3.412.483,18	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	4.063.343,23	3.913.580,80
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.797.190,43	2.676.397,63	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.417.688,92	1.331.307,46
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.000.875,24	736.085,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.417.688,92	1.331.307,46
RECEITAS PATRIMONIAIS	43.869,01	28.396,70	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	893.259,94	864.737,76
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	43.869,01	28.396,70	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	362.345,03	346.525,74
RECEITAS DE SERVIÇOS	635.106,00	427.092,23	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150.296,56	120.043,96
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,16	10,21	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	11.787,39	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	635.105,84	427.082,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.645.654,31	2.582.273,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	639.398,21	650.525,41	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.340.160,79	1.192.471,63
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	639.398,21	650.525,41	CONTRIBUIÇÕES	1.340.160,79	1.192.009,30
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	639.398,21	650.525,41	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		462,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.499,35	104.098,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.305.493,52	1.389.801,71
MULTAS E JUROS DE MORA	146.499,35	104.095,09	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	22.545,00	19.260,00

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	90.321,12	99.830,41	MATERIAL DE CONSUMO	15.506,05	15.418,61
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	56.178,23	4.264,68	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	60.448,46	32.871,81
RECEITAS DIVERSAS		3,32	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	400.450,27	396.395,24
RECEITA DE CAPITAL	415.000,00	1.866.725,98	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	260.842,45	378.379,61
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	415.000,00	1.866.725,98	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	537.281,76	525.482,61
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	415.000,00	1.866.725,98	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.166,57	
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	415.000,00	1.866.725,98	AUXÍLIO TRANSPORTE		16.342,00
			DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		281,70
			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.252,96	5.370,13
			CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	96.883,88	552.208,66
			INVESTIMENTOS	96.883,88	552.208,66
			INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	96.883,88	552.208,66
			OBRAS E INSTALAÇÕES	16.593,88	494.584,66
			EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.290,00	57.624,00
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	8.741.114,41	7.676.249,13	Pagamentos Extraorçamentários	7.936.724,64	7.625.332,04
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.028.503,64	1.224.493,39	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	925.452,76	64.266,42
Inscrição de Restos a Pagar Processados		18.452,42	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	15.752,42	70.313,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	173.268,60	152.146,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	185.599,56	139.815,54
Outros Recebimentos Extraorçamentários	7.539.342,17	6.281.156,82	Outros Pagamentos Extraorçamentários	6.809.919,90	7.350.936,92
Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.129.885,47	298.381,74	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	2.083.482,73	1.129.885,47
Caixa e Equivalente de Caixa	1.038.957,49	298.381,74	Caixa e Equivalente de Caixa	1.993.231,60	1.038.957,49
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	90.927,98		Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	90.251,13	90.927,98
Total:	15.548.938,12	14.463.952,78		15.208.938,12	14.463.952,78

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício Atual Exercício Anterior

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES

INGRESSOS

RECEITA CORRENTE	5.262.938,24	4.622.595,93
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.798.065,67	3.412.483,18
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	3.798.065,67	3.412.483,18
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	2.797.190,43	2.676.397,63
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.000.875,24	736.085,55
RECEITAS PATRIMONIAIS	43.869,01	28.396,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	43.869,01	28.396,70
RECEITAS DE SERVIÇOS	635.106,00	427.092,23
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,16	10,21
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	635.105,84	427.082,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	639.398,21	650.525,41
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	639.398,21	650.525,41
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	639.398,21	650.525,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.499,35	104.098,41
MULTAS E JUROS DE MORA	146.499,35	104.095,09
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	90.321,12	99.830,41
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	56.178,23	4.264,68
RECEITAS DIVERSAS	0,00	3,32
OUTROS INGRESSOS	7.713.287,62	6.433.303,32

DESEMBOLSOS

CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	4.063.343,23	3.913.580,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.417.688,92	1.331.307,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	1.417.688,92	1.331.307,46
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	893.259,94	864.737,76
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	362.345,03	346.525,74
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150.296,56	120.043,96
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	11.787,39	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.645.654,31	2.582.273,34
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.340.160,79	1.192.471,63
CONTRIBUIÇÕES	1.340.160,79	1.192.009,30
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	462,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.305.493,52	1.389.801,71
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	22.545,00	19.260,00
MATERIAL DE CONSUMO	15.506,05	15.418,61
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	60.448,46	32.871,81
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	400.450,27	396.395,24
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	260.842,45	378.379,61
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	537.281,76	525.482,61
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.166,57	0,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	0,00	16.342,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	281,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.252,96	5.370,13
OUTROS DESEMBOLSOS	7.936.724,64	7.715.319,77
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	976.157,99	-573.001,32
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		

INGRESSOS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	415.000,00	1.866.725,98
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	415.000,00	1.866.725,98
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	415.000,00	1.866.725,98
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	96.883,88	552.208,66
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	96.883,88	552.208,66
OBRAS E INSTALAÇÕES	16.593,88	494.584,66
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	80.290,00	57.624,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	318.116,12	1.314.517,32
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.294.274,11	741.516,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.038.957,49	298.381,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	2.333.231,60	1.038.957,49

Demonstração das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	5.677.938,24	6.515.061,73	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	4.263.063,91	4.146.240,87
CONTRIBUIÇÕES	3.797.959,67	3.412.483,18	PESSOAL E ENCARGOS	1.579.941,53	1.494.290,53
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	3.797.959,67	3.412.483,18	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.113.515,70	1.043.003,04
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	3.797.959,67	3.412.483,18	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	1.113.515,70	1.043.003,04
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	635.211,84	427.082,02	ENCARGOS PATRONAIS	318.897,30	300.726,38
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	635.211,84	427.082,02	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	247.695,50	234.233,19
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	635.211,84	427.082,02	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	71.201,80	66.493,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	134.190,29	128.237,32	BENEFICIOS A PESSOAL	147.528,53	150.561,11
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,16	10,21	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	147.528,53	150.561,11
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,16	10,21	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.334.721,29	1.452.706,56
JUROS E ENCARGOS DE MORA	90.321,12	99.830,41	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	24.843,02	26.739,47
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	90.321,12	99.830,41	CONSUMO DE MATERIAL	24.843,02	26.739,47
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	43.869,01	28.396,70	SERVICOS	1.173.859,81	1.299.768,68
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	43.869,01	28.396,70	DIARIAS	57.790,00	42.710,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.054.398,21	2.517.251,39	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	380.045,81	380.745,24
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	1.054.398,21	2.517.251,39	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	736.024,00	876.313,44
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS - INTRA-CONSELHOS	1.054.398,21	2.517.251,39	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	136.018,46	126.198,41
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	16.537,58	DEPRECIACAO	136.018,46	126.198,41
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	16.537,58	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.166,57	773,80
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	16.537,58	JUROS E ENCARGOS DE MORA	1.166,57	773,80
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	56.178,23	13.470,24	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	1.166,57	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	56.178,23	13.470,24	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	773,80
MULTAS ADMINISTRATIVAS	56.178,23	4.264,68	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.340.160,79	1.192.471,63
INDENIZAÇÕES	0,00	3,32	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.340.160,79	1.192.471,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	9.202,24	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.340.160,79	1.192.471,63
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.073,73	5.998,35

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.073,73	5.998,35
			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	7.073,73	5.998,35
Total das Variações Ativas :	5.677.938,24	6.515.061,73	Total das Variações Passivas :	4.263.063,91	4.146.240,87
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1.414.874,33	2.368.820,86
Total	5.677.938,24	6.515.061,73	Total	5.677.938,24	6.515.061,73

Notas Explicativas

CONTABILIDADE

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, através da sua contabilidade encontra-se com todos os registros de acordo com o Plano de Contas e Dispositivos da Legislação vigente, aplicáveis aos entes Fiscalizadores das Profissões regulamentadas e acobertados por parecer da Auditoria Interna do CFM – Conselho Federal de Medicina. A contabilidade do CREMESE mantém todos os lançamentos classificados e digitados em sistema próprio, com objetivo de gerar os relatórios: Balancete, Balanços, Diário e Razão, devidamente arquivados digitalmente.

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 6ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC T 16.1 a 16.10.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do exercício de 2019 foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/64, Decreto – Lei nº 6.976/09 e Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP, assim como, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TG16). As demonstrações contábeis compõem-se dos seguintes demonstrativos:

- **BALANÇO PATRIMONIAL:** demonstra a situação dos bens, direitos e obrigações e o valor do patrimônio líquido na data do levantamento;
- **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:** indica o resultado orçamentário do exercício, confrontando as receitas e despesas previstas das realizadas;
- **BALANÇO FINANCEIRO:** apresenta as variações financeiras de entradas e saídas no exercício, levando-se em consideração os valores do balanço anterior com os do exercício encerrado;
- **DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA:** permite projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços;
- **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:** evidencia as alterações que ocorreram no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, sem afetar o patrimônio líquido e indica o resultado patrimonial do exercício.

INDICADORES

INDICADORES ORÇAMENTÁRIOS

TIPO	Cálculo	2019	2018	2017
Execução da Receita	RE/RP	0,82	0,92	0,58
Equilíbrio Orçamentário	DF/RP	1	1	1
Execução da Despesa	DE/DF	0,6	0,63	0,81
Resultado Orçamentário	RE/DE	1,3	1,13	1,03

- * RE - Receita Executada
- * RP - Receita Prevista
- * DF - Despesa Fixada
- * DE - Despesa Executada

A análise dos indicadores do Balanço Orçamentário demonstra eficiência das ações com a utilização dos recursos, apresentando uma situação Superavitária.

INDICADORES FINANCEIROS

TIPO	Cálculo	2019	2018	2017
Execução Orçamentária	RO/DO	1,09	1,13	0,98
Financeiro Real	RO/DOP	1,36	1,45	1,02
Resultado dos saldos financeiros	DE/DF	1,9	3,48	0,95

- * RO - Receita Orçamentária
- * DO - Despesa Orçamentária
- * DOP - Despesa Orçamentária Paga
- * DE - Despesa Executada

A análise dos indicadores do Balanço Financeiro apresentou no exercício de 2019 indica aumento de disponibilidade, demonstrando uma redução do Passivo Financeiro e aumento das disponibilidades existentes no exercício.

INDICADORES PATRIMONIAIS

TIPO	Cálculo	2019	2018	2017
Situação Financeira	AF/PF	2,01	1,89	3,46
Situação Permanente	AP/PP	34,98	27,79	26,91
Resultado Patrimonial	AR/PR	22,41	19,37	14,73

- * AF - Ativo Financeiro
- * PF - Passivo Financeiro
- * AP - Ativo Permanente
- * PP - Passivo Permanente
- * AR - Ativo Real
- * PR - Passivo Real

A análise dos indicadores do Balanço Patrimonial evidenciou que nas alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, o superavit patrimonial no exercício foi de R\$ 1.411.315,35

DISPONIBILIDADES

	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Banco Conta Movimento Aplicações Financeiras	1.993.231,60	1.038.957,49

As disponibilidades estão depositadas em sua totalidade no Banco do Brasil. Em setembro foi aberta conta-corrente na Caixa Econômica, porém, até 31/12 não houve movimentação. O saldo financeiro teve um crescimento sensível no exercício de 2019.

* aumento de 91% do saldo bancário em relação ao ano anterior

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Demais créditos e valores a curto prazo	1.078.320,40	1.562.843,57

O grupo demais créditos e valores a curto prazo registra os adiantamento concedidos a convenientes decorrentes de convênios de transferência de recursos e depósitos judiciais restituíveis.

ESTOQUES

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição obedecendo ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente NBC T n° 16.10.

DEMONSTRATIVO DA CONTA: ALMOXARIFADO				
MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/18	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS (-)	ATUALIZAÇÕES (+)	31/12/19

27.728,68	0	9.336,97	0,00	18.391,71
TOTAL	0	9.336,97	0,00	18.391,71

CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Os créditos representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em tomada de contas especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU (TC 010.523/2003-0), que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável.

BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E DEPRECIÇÃO

Os bens móveis e imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada.

(A) BENS MÓVEIS - MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/2018	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS /ALIENAÇÃO (-)	REAVALIAÇÕES (+)	DEPRECIÇÃO (-)	31/12/19
1.400.319,27	80.290,00			900.141,49	580.467,78
SUBTOTAL	1.480.609,27			(900.141,49)	580.467,78

(B) BENS IMÓVEIS - MOVIMENTO DO EXERCÍCIO					
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/18	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS /ALIENAÇÃO (-)	REAVALIAÇÕES (+)	DEPRECIACÃO (-)	31/12/19
3.670.993,58	1.028.712,75			1.283.932,57	3.405.273,63
SUBTOTAL	4.699.706,33			(1.283.932,57)	3.405.273,63
TOTAL (A + B)	6.180.315,60			(2.184.074,06)	3.996.241,54

Conforme Resolução CFM nº 2124/2015, que fixa as normas e procedimentos para controle, reavaliação, depreciação, amortização e inventário dos Bens Patrimoniais no âmbito dos Conselhos de Medicina, a estimativa da vida útil econômica do item do ativo é definida conforme o desgaste físico (pelo uso ou não), geração de benefícios futuros, limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e obsolescência tecnológica e deve-se verificar o tempo pelo qual o ativo manterá a sua capacidade de gerar benefícios à entidade, aspectos técnicos referentes ao desgaste e obsolescência e as limitações temporais exigidas por lei ou contrato, cujo tempo de vida útil não pode ser superior a esse prazo. A metodologia utilizada foi normatizada pelo §2º do Art. 87 da Resolução CFM nº 2124/2015 estabelecendo o método de cotas constantes.

Bens Móveis	Vida Útil (Anos)	Taxas %
Mobiliário em Geral	10	10%
Veículos	05	20%
Máquinas e Aparelhos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	05	20%
Outros Equipamentos	10	10%
Outros Materiais Permanentes	05	10%
Bens Imóveis	Vida Útil (Anos)	Taxas %

Edifícios	25	4%
Instalações	25	4%

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O grupo obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo se refere às consignações retidas da folha de pagamento referente ao mês de dezembro. As consignações serão baixadas no decorrer de 2020.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência.

	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	129.007,28	18.452,42

Obrigações de Repartição a Outros Entes

A provisão da Cota Parte ao CFM é calculada de acordo com a Lei nº 3.268/57, onde determina que transfira ao CFM 33,33% da receita bruta das anuidades, multas e expedições de carteiras e cédulas.

Provisões a Curto Prazo

Esse valor é constituído mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais dos funcionários do CREMESE, bem como os respectivos encargos.

- PROVISÃO DE FÉRIAS – R\$82.460,76
- PROVISÃO DE INSS – R\$33932,19
- PROVISÃO DE FGTS – R\$7.111,71

- ROVISÃO DE PIS/PASEP – R\$980,29

Demais Obrigações a Curto Prazo

Valor constituído do montante de anuidades recebidas a maior ou em duplicidade e arrecadação do exercício 2020 antecipada.

Apuração do Resultado

Na consecução de seus objetivos o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, realizou suas despesas durante o exercício de 2019, sem extrapolar os limites permitidos, demonstrando entre a arrecadação e despesas realizadas um resultado superavitário e os índices utilizados demonstraram resultado de sustentabilidade financeira possibilitando à organização efetuar investimentos.

SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário para conselhos de fiscalização profissional segue o descrito no art. 35 da Lei 4.320/64. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O CREMESE apurou no exercício de 2019 um superávit orçamentário de R\$489.207,49.

SUPERÁVIT FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício de 2019 e alteraram as disponibilidades do CREMESE. No Balanço Patrimonial, é possível identificar a apuração do resultado financeiro que resultou num superávit financeiro de R\$1.411.315,35.

Declaração do Contador



Em cumprimento ao que determinam as exigências legais, declaro que os demonstrativos contábeis, através dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Patrimonial, regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 11, relativos ao exercício de 2019, espelham com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

Os lançamentos contábeis que deram origem as demonstrações e informações aqui apresentadas foram elaborados com amparo em documentações repassadas à contabilidade pelos setores do CRM/SE. Os demonstrativos contábeis estão publicados no site do Conselho no link Portal da Transparência.

Não temos conhecimento de fraude ou suspeita que afetem as demonstrações contábeis da entidade, ou violação de leis, normas e regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo darem origem ao registro de provisão para contingências passivas. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Cont. George Mesquita Andrade
CRC nº 5252/O-7